

A violência não termina quando a tela se apaga



» MÁRCIA LOPES
Ministra das Mulheres

Durante muito tempo, aprendemos a identificar a violência contra as mulheres pelas marcas deixadas no corpo. Mas existem violências que não deixam hematomas visíveis e, ainda assim, destroem reputações, relações, oportunidades e projetos de vida.

Uma fotografia íntima publicada sem consentimento. Uma ameaça enviada de madrugada. Uma mulher perseguida pelas redes sociais. Uma imagem falsa, produzida por inteligência artificial, que coloca seu rosto em uma cena sexual que nunca existiu. Uma campanha organizada para humilhar, silenciar ou expulsar uma mulher do espaço público.

Tudo isso é violência. A internet ampliou as possibilidades de comunicação, participação e acesso ao conhecimento. Mas também criou novas formas de controle, perseguição e agressão. Aquilo que antes poderia permanecer restrito a um ambiente privado pode ser distribuído em segundos para milhares de pessoas e continuar circulando por muito tempo.

Para as mulheres, esse risco é ainda maior. A violência digital se alimenta das mesmas desigualdades que existem fora das telas. O objetivo continua sendo controlar, constranger, amedrontar e silenciar. A tecnologia muda os instrumentos, mas a raiz da violência permanece a mesma.

Por isso, proteger as mulheres na internet não é limitar a liberdade de expressão. É impedir que a liberdade seja utilizada como desculpa para cometer crimes, espalhar ódio e violar direitos.

O decreto nº 12.976/2026, assinado pelo presidente da República, representa um passo importante nessa direção. O Brasil passa a contar com regras específicas para orientar a atuação das plataformas e das instituições públicas diante da violência contra as mulheres no ambiente digital.

A norma reconhece diferentes formas de agressão: ameaças, perseguição on-line, vigilância digital, violência psicológica, ataques coordenados, divulgação de conteúdo íntimo sem autorização e montagens sexuais produzidas por inteligência artificial.

Reconhecer essas práticas é essencial porque muitas mulheres ainda escutam que aquilo que sofreram foi apenas uma brincadeira, uma opinião ou um problema menor da internet.

O decreto também deixa claro que as plataformas não podem permanecer indiferentes diante dessas violências. Elas deverão oferecer canais acessíveis para denúncias, informar sobre o Ligue 180 e agir para interromper a circulação de conteúdos ilegais.

Até agora, muitas mulheres precisavam enfrentar sozinhas empresas gigantescas para tentar retirar uma imagem, uma mentira ou uma ameaça. Precisavam repetir várias vezes o que havia acontecido, provar a violência sofrida e esperar enquanto o dano continuava se multiplicando.

As empresas que lucram com a circulação de conteúdos também precisam assumir responsabilidade pelos riscos criados dentro de seus ambientes digitais. Não se trata de vigiar opiniões nem de impedir o debate. Trata-se de um dever

básico de cuidado com a vida, a dignidade e a segurança das pessoas.

A inteligência artificial torna esse debate ainda mais urgente. Hoje, é possível produzir imagens e vídeos falsos extremamente convincentes. Mulheres podem ser colocadas artificialmente em situações íntimas ou degradantes sem jamais terem produzido qualquer conteúdo dessa natureza.

O conteúdo é falso. O dano, porém, é real. A violência digital contra as mulheres não pode ser tratada como um efeito colateral inevitável da tecnologia. A inovação deve estar a serviço das pessoas, e não transformar suas vidas em matéria-prima para o ódio, a exploração ou a humilhação.

O Estado também precisa estar preparado para acolher as vítimas, preservar as provas e evitar que elas sejam novamente expostas durante o atendimento. Por isso, o decreto prevê a construção de um sistema integrado de prevenção, proteção e acolhimento das mulheres vítimas de violência digital.

Essa resposta exigirá cooperação entre órgãos públicos, plataformas, sistema de justiça e sociedade civil. Exigirá informação, educação digital e profissionais capacitados para compreender que a violência virtual produz consequências profundamente reais.

Esse é também um problema democrático. As mulheres precisam poder exercer sua profissão, participar da política, produzir conhecimento, expressar opiniões e construir relações no ambiente digital sem serem ameaçadas, perseguidas ou humilhadas.

Proteger as mulheres no ambiente digital é proteger sua liberdade. É assegurar que a tecnologia amplie vozes, em vez de silenciá-las.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Super El Niño: a universidade pública como ponte para a adaptação climática



» EDUARDO VEDOR
Professor associado da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador do Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais (Lageamb)

A chegada de fenômenos avassaladores como o Super El Niño evidenciou que a emergência climática deixou de ser um debate hipotético sobre o futuro para se tornar uma imposição do presente. No entanto, para além das temperaturas recordes e tempestades devastadoras, é preciso encarar a verdadeira raiz do problema: a crise do clima é apenas o sintoma mais visível de uma crise ambiental estrutural e muito maior, fruto de um modelo de consumo que ignora completamente os limites e a disponibilidade dos recursos naturais. Se toda a população global adotasse o padrão de consumo de países como os Estados Unidos, seriam necessários quase cinco planetas Terra para sustentar a conta. O clima, agora, cobra o preço dessa superexploração por meio de eventos extremos recorrentes que destroem infraestruturas urbanas, paralisam economias regionais e colocam vidas humanas em risco constante.

Essa mudança drástica de patamar refletiu-se de maneira direta na evolução das próprias políticas públicas no Brasil. Quando o governo federal publicou o seu primeiro Plano Clima, em 2016, a palavra de ordem e o conceito central eram a mitigação — focar esforços em reduzir a pegada ecológica, cortar emissões de gases de efeito estufa e desacelerar o aquecimento. Uma década depois, ao revisar suas diretrizes

e indicadores, o poder público e a comunidade científica brasileira constataram uma realidade dura e inevitável: os cenários globais mais alarmantes projetados no passado se concretizaram. Diante disso, embora mitigar continue sendo indispensável, a palavra-chave da gestão ambiental passou a ser a adaptação. O novo normal climático exige adequar com máxima urgência nossas cidades, a gestão do solo e as comunidades mais vulneráveis aos impactos que já estão batendo à porta, com destaque para a tragédia recorrente das enchentes e dos deslizamentos de terra.

É exatamente no desafio prático da adaptação que se revela a maior fortaleza da universidade pública — não apenas enquanto centro formador de quadros ou repositório de pesquisas teóricas, mas como um agente ativo e indispensável no território. Em um cenário em que a burocracia estatal, a escassez de recursos e o receio de sanções jurídicas frequentemente paralisam a gestão ambiental dos municípios, a universidade surge com um poder altamente transformador: a sua capacidade de mediação institucional e social.

Um exemplo emblemático e concreto dessa atuação ocorre no Jardim Guaraituba, em Paranaguá, no litoral paranaense. A comunidade está situada na área periférica e zona de amortecimento de um parque estadual e abriga cerca de 140 famílias envolvidas em um complexo e arrastado processo judicial de regularização fundiária. Por estar com a área judicialmente congelada há anos, o bairro vive em um limbo: a prefeitura não realiza benfeitorias por medo de responsabilização legal, e os moradores sofrem sem assistência básica. A intermediação técnica da universidade pública vem alterando profundamente essa dinâmica. Articulando o diálogo entre o Ministério Público, o Ministério das Cidades, o Instituto

Água e Terra (IAT), a prefeitura municipal e as lideranças comunitárias, a academia obteve a licença ambiental necessária para implantar no local uma Solução Baseada na Natureza (SBN): uma trincheira infiltrante projetada para mitigar os frequentes alagamentos.

Mais do que resolver o escoamento das águas, a intervenção abriu caminho para demandas históricas de infraestrutura. Ao demonstrar tecnicamente que a adequação do leito da rua era essencial para direcionar a água da chuva até a trincheira, a equipe universitária possibilitou ao gestor municipal a segurança jurídica para entrar com o maquinário público no território. O receio institucional foi superado, e a desconfiância inicial dos moradores deu lugar à confiança e ao acolhimento do conhecimento científico.

Além do impacto social imediato, o projeto gera dados científicos de altíssimo valor. Com a instalação de estações pluviométricas acopladas à trincheira, os pesquisadores monitoram o volume de chuva e a capacidade real de suporte do sistema. Esses dados permitem calibrar a tecnologia e replicá-la em outros bairros vulneráveis com precisão e custo reduzido. Em um país em desenvolvimento, onde a ciência opera frequentemente com orçamentos restritos, a criatividade e a flexibilidade do pesquisador brasileiro convertem-se em soluções adaptativas de enorme impacto social.

Frente ao colapso ambiental e ao avanço do Super El Niño, a universidade pública prova que é a ponte capaz de unificar órgãos de controle, governos e comunidades em torno de respostas concretas. Aproximar a ciência da gestão pública é a única garantia de que a adaptação climática ocorrerá com justiça social, rigor técnico e eficiência.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Escola sem arte, a sociedade sem alma

Roger Scruton (1944-2020), autor de mais de 50 livros sobre estética, filosofia e artes, insistia numa ideia que, em tempos de ensino cada vez mais voltado apenas para indicadores estatísticos e resultados imediatos, parece soar quase deslocada: a de que o ensino das disciplinas artísticas constitui um dos alicerces mais essenciais da formação humana. Nas escolas brasileiras, porém, essa convicção parece ter sido relegada a um esquecimento progressivo e preocupante, como se a arte fosse um item dispensável numa lista de prioridades cada vez mais estreita. Para o filósofo britânico, a arte não representa um luxo reservado às elites, tampouco um passatempo ornamental destinado a preencher horários vagos dos currículos escolares. Trata-se, em sua visão, de um dos instrumentos mais poderosos já desenvolvidos pela civilização para formar seres humanos capazes de distinguir o belo do grotesco, o verdadeiro do falso, o elevado do vulgar. Em outras palavras, a arte não apenas educa o olhar — ela educa o caráter, molda a sensibilidade e amplia a capacidade de julgamento moral.

Essa compreensão esteve presente durante séculos nas principais tradições educacionais do Ocidente. Da Grécia antiga ao Renascimento italiano, passando pelas universidades medievais e pelas grandes escolas europeias dos séculos XVIII e XIX, música, pintura, literatura, teatro e arquitetura jamais foram consideradas disciplinas secundárias. Naquele período, as artes eram vistas como parte indispensável da formação intelectual e moral dos indivíduos, tão relevantes quanto a lógica, a retórica ou a geometria. A ideia subjacente era simples e, ao mesmo tempo, profunda: quem aprende a contemplar a beleza dificilmente permanece indiferente ao caos, à violência e à degradação que a cercam.

No Brasil, ocorreu exatamente o movimento inverso. Nas últimas décadas, o ensino das artes foi sendo lentamente esvaziado, reduzido a uma atividade complementar, frequentemente ministrada sem estrutura adequada, sem professores especializados e sem continuidade pedagógica. Em muitas escolas públicas, a disciplina praticamente desapareceu do cotidiano dos estudantes, substituída por conteúdos considerados mais "úteis" para avaliações oficiais e para a preparação de provas padronizadas. O resultado é que uma geração inteira cresce sem qualquer contato sistemático com a música erudita, a pintura clássica, a escultura, a poesia, a história da arte ou mesmo com a rica produção artística nacional, um patrimônio que deveria ser motivo de orgulho e não de desconhecimento generalizado.

Os números ajudam a compreender esse cenário preocupante. O Brasil figura há anos entre os países com pior desempenho nas avaliações internacionais do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da OCDE, especialmente em leitura, matemática e ciências. Embora essas provas não meçam diretamente a educação artística, revelam uma dificuldade mais ampla na formação cultural e cognitiva dos jovens, um sintoma de algo mais profundo do que meras lacunas técnicas. Paralelamente, estudos mostram que o acesso a museus, concertos, bibliotecas e teatros permanece extremamente restrito para a maioria da população. Em muitos municípios brasileiros sequer existe um teatro em funcionamento, enquanto inúmeras bibliotecas públicas operam de forma precária, com acervos desatualizados, ou permanecem simplesmente fechadas por falta de recursos e de vontade política.

Scruton chamava atenção para a experiência estética que desperta no indivíduo um sentimento de pertencimento à civilização, uma sensação de continuidade histórica que dificilmente pode ser alcançada por outros meios. Ao contemplar uma sinfonia de Bach, uma pintura de Rembrandt, uma catedral gótica ou um poema de Camões, o estudante percebe que faz parte de uma longa cadeia de produção cultural que o antecede e que continuará após ele. Desenvolve, assim, respeito pelo legado recebido e compreende que também possui responsabilidade diante das futuras gerações uma espécie de contrato silencioso entre passado, presente e futuro. Esse processo de formação parece estar sendo interrompido em ritmo acelerado.

O ambiente cultural contemporâneo, marcado pela velocidade das redes sociais, pela predominância da imagem instantânea e pela substituição da reflexão pausada por um entretenimento permanente e fragmentado, reduziu drasticamente o tempo destinado à contemplação. Não surpreende, nesse contexto, que aumentem os episódios de violência escolar, intolerância, incapacidade de diálogo e dificuldades emocionais entre adolescentes. Evidentemente, tais problemas possuem múltiplas causas econômicas, familiares e sociais, entre outras, e seria simplista atribuí-los apenas ao esvaziamento das artes. Entretanto, a ausência de formação estética contribui, de maneira silenciosa mas persistente, para empobrecer a vida interior dos jovens. Quem nunca aprendeu a se emocionar diante da beleza frequentemente encontra maior dificuldade para desenvolver empatia, autocontrole e sensibilidade diante do sofrimento alheio.

A frase que foi pronunciada:

“Que aqui se respire sempre liberdade e criação, e que a arte e cultura, a beleza e a inteligência, respeitando integralmente o que somos e o que fomos, abram as portas para os amanhãs de nossa terra.”

Ex- presidente José Sarney, quando criou a Lei de Incentivo à Cultura

História de Brasília

Mazzola e Sormani somente poderão jogar pela Itália se forem italianos, e é nessa qualidade, de acordo com as leis italianas, que vão participar da Copa do Mundo (mesmo porque, se se declararem brasileiros, não poderão integrar a seleção de nenhum outro país, a não ser a do Brasil). (Publicada em 25/5/1962)